

a esperanza de vir a fechar os  
olhos debaixo do céu, que na ergun-  
cia, e cobria, commutada a pe-  
na de trabalhos publicos perpe-  
tuos, que samente existe de qoe-  
to na legal de desreço, mas tem-  
porario de 10 a 15 annos.

Dehem com esta consulta  
o requerimento documentado  
que instruem a pertinencia.

D. J. G. K.

1873  
18  
Janeiro

At. S. M. S. B. A  
Reino  
A cerca do processo em que a Ca-  
mara Municipal do Porto pede  
a expropriação de diferentes terre-  
nos, para a abertura de uma rua,  
que ponha em communicação a  
de Boavista com o cemiterio  
d'Alfaramontes.

S.

A Camara Municipal da, hirci-  
ca cidade do Porto, requer a Vossa  
Majestade, nas representações jun-  
ta a este processo, que diga de cre-  
tida de utilidade publica, e ur-  
gente a expropriação do campo de Pa-  
dre Antonio da Silva Rocha - par-  
te do campo de Manuel de Gamaes  
da Rocha e filho - o campo e hou-  
cas de D. Antonia Emilia Braga,  
todas situadas na rua de Boavis-  
ta da quella cidade.

O fim da Camara Municipal  
é fazer abrir desta rua a abe-  
tura de outra de novo para esta  
helices communicação directa en-  
tre ella e o cemiterio de Alfaramontes

como se mostra da planta junta.  
Para este logar de repouso, se proce-  
deu que estas melhoradas as suas con-  
dições de espaço e aformoseamento,  
se dirigem, principalmente, as sau-  
mentos, e as ruas, que hoje para,  
la conduzem, — travessas tortuosas  
dificultam o transitio, com especia-  
lidade no inverno, e a frequen-  
cia cada vez maior dos picos que,  
manidos as fúndas christas, con-  
corram as jazigas desentes mes-  
tas, das que na vida lhes foram  
caras.

Mostra-se do processo que a Ca-  
mara Municipal está habilita-  
da com os meios necessarios, des-  
criptos no orçamento do anno econo-  
mico de 1872 a 1873 — approved pe-  
lo conselho de districto, para em-  
prender esta obra de utilidade  
publica calculada em 2:564,320,  
afim como terem-se prehenhi-  
do todas as requesitas da lei de 23 de  
Julho de 1850, sem que se apresen-  
tasse reclamação de terceiros, e a  
desejando proprios versando unica-  
mente em relação ao preço do res-  
peitino terreno.

O que tudo visto, e ponderado, os  
Fiscaes da Corôa e Fazenda, a en-  
ja discussão submetti esta con-  
sulta, foi toda conformes no pa-  
reer que, deferindo a representa-  
ção da Camara municipal, se  
pode decretar a expropriação

regulada por utilidade publica e urgente. D. G. N.

1873  
23  
Francisco

N.º 5260  
Justiça  
D'urias do processo de Manoel Fernz pedindo perdão da pena que está cumprindo na cidade da Praia de Cabo Verde

Manoel Fernz requere perdão da pena de degredo, que está cumprindo na cidade da Praia de Cabo Verde.

Na camara da Villa Franca de Beira passou em julgado a sentença de 22 de novembro de 1871, que condemnou o supplicante em trinta mezes de prisão maior celular, e de degredo 1.ª classe, pelo crime de ferimentos de que resultou lesão e deformidade, com premeditação - acompanhado de outros, em lugar ermo, de mau comportamento anterior, e sendo o queixoso seu curador.

A pena esta cumprida em pouco mais de um anno, e o tempo de prisão anterior ao julgamento foi attendido na sentença. Pela gravidade do crime, da proximidade de parentesco com a pessoa offendida, e dos effeitos materiaes, que d'elle resultaram para o queixoso, si meu parecer, que a pena se não perdesse, nem reduza, ao menos pelo equan-